



**Disclosure de Ativo Intangível dos Clubes de Futebol que participaram do  
Campeonato Brasileiro**

**Mayara Monique Müller**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
*may\_muller@hotmail.com*

**Leonardo Flach**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
*leonardo.flach@gmail.com*

**Resumo**

O intangível é o mais importante ativo para os clubes de futebol apresentados em seus demonstrativos, assim as demonstrações contábeis dos clubes de futebol devem ser elaboradas de maneira correta e divulgadas de forma clara e precisa. Assim o presente estudo tem como objetivo analisar as variáveis que influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC-04 (Ativo Intangível) ter entrado em vigor. O artigo tem como população de estudo os 20 clubes de futebol que participaram do Campeonato Brasileiro de Futebol a série A de 2012. Para a análise das variáveis foram utilizadas o modelo de regressão linear múltipla. Os dados foram obtidos através das demonstrações contábeis do ano de 2012 da população mencionada. Os resultados do estudo apresentaram que as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro” e “receitas totais” influenciam positivamente o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados, isto é, quanto melhor o desempenho no campeonato e maior as receitas totais melhor é o nível de divulgação do ativo intangível. Contudo a variável “representatividade do intangível” não se mostrou estatisticamente significativa, logo não foi possível desenvolver nenhuma conclusão sobre a relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível.

**Palavras-chave:** *Disclosure*. Ativo Intangível. Clubes de Futebol.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil um dos esportes mais populares é o futebol que tem vários adeptos desde os atletas profissionais aos amadores, com variadas idades. Um dos motivos para o futebol no Brasil ter um grande número de torcedores e adeptos é a disputa anual do Campeonato Brasileiro o mais conhecido como “Brasileirão”.

A popularidade do futebol no Brasil tem oferecido diversas oportunidades de negócios aos clubes, ou seja, um mercado consumidor bastante significativo, pois possuem consumidores – torcedores ávidos ao consumo. Desta forma, a divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol se torna importante, aumenta a necessidade de uma melhor divulgação das informações contábeis, contribuindo com a transparência dos dados aos usuários destas informações.

Iudícibus (1997, p. 115), ressalta que o *disclosure* das demonstrações contábeis é um compromisso intrasferível da contabilidade com seus usuários externos.



Os autores Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Silva e Carvalho (2009) desenvolveram um estudo com objetivo de analisar variáveis que influenciam no nível de divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol de uma forma geral. Já no estudo elaborado por Leite e Pinheiro (2012) o objetivo era analisar especificamente do Ativo Intangível dos maiores clubes do Brasil. No entanto, percebe-se a carência de estudos recentes que analisam especificamente a divulgação do intangível nos clubes de futebol que participam do mais importante Campeonato que ocorre no Brasil, o Brasileiro.

Os clubes de futebol para Silva e Carvalho (2009) movimentam grandes valores, derivado em grande parte dos ativos intangíveis, que são os atletas e suas habilidades desportivas. Iudícibus *et al.* (2010) ressalta que os direitos federativos constituem o principal ativo de um clube de futebol, classificado como ativo intangível, além das marcas relacionadas. O autor afirma que o ativo mais importante para os clubes de futebol é o Intangível que esta regulamentada pelo Comitê de Pronunciamento Técnico o CPC 04 (2010), que tomou como base as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38.

Desta forma, o presente estudo tem como justificativa a contribuição de verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível dos clubes de futebol participantes do Campeonato Brasileiro da Série A de 2012 através das demonstrações contábeis após entrar em vigor o CPC-04.

Diante do estudo apresentado o problema de pesquisa levantado é: Quais são as variáveis que influenciam o nível de divulgação do Ativo Intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro da série A de 2012? O objetivo da pesquisa é analisar as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro”, “receitas totais” e “representatividade do intangível” que podem influenciar o nível de divulgação do ativo intangível dos clubes de futebol.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Disclosure

Com a publicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 que se referem à adoção da IFRS, a contabilidade vêm passando por grandes mudanças. Os autores Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), ressaltam que a adesão das normas internacionais propicia um processo de reflexão e crítica sobre o conjunto de demonstrações em relação ao objetivo da contabilidade e Antunes *et al.* (2012) complementa que as normas internacionais deixam claro que as demonstrações contábeis são a principal fonte de informações econômico-financeiras das empresas, para uma ampla gama de usuários e a normatização contábil tem por objetivo garantir que essas informações divulgadas sejam compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis, isto é, úteis para o processo decisório dos usuários.

Quando o usuário recebe as informações na forma de divulgação esse foi o último passo de uma série de procedimentos contábeis que tiveram início com o reconhecimento e mensuração. Iudícibus (1997, p. 115), esclarece que o *disclosure* ou divulgação “é um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos”. O objetivo da contabilidade é fornecer informações aos vários usuários, a fim de proporcionar um conhecimento válido para determinar algo. A contabilidade tem a missão de evidenciar informações quantitativas e qualitativas. (GARCIA *et al.* 2007)



O termo *disclosure* não se prende apenas à forma de apresentação, mas também ao conteúdo das demonstrações contábeis, não se preocupa apenas em identificar determinada informação, mas sim com a qualidade das informações prestadas aos usuários, buscando assegurar que as expressões monetárias constantes nas referidas demonstrações expressem adequadamente a situação econômico-patrimonial da entidade contábil. De acordo com Dalmácio e Paulo (2004), evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente, representando um importante meio de comunicação sobre o desempenho de uma empresa aos seus interessados.

Segundo Iudícibus (2010), as demonstrações contábeis devem evidenciar informações relevantes, sem exageros que possam confundir quem as analise. Além disso, as informações contábeis devem ser disponibilizadas em tempo hábil, possibilitando a tomada de decisão de forma precisa e tempestiva. O autor ainda destaca que, a uma relação entre a evidenciação e a convenção da materialidade. Todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. O contador, ao preparar os demonstrativos para a publicação, precisa perceber que esses demonstrativos são o mais evidente processo de comunicação com o usuário externo.

Neste mesmo contexto as autoras Maia, Cardoso e Pontes (2012) definem *disclosure* como sendo um canal de transmissão da informação da empresa para o mercado, assim esta temática está se destacando nas atuais pesquisas na área contábil. Em um sentido mais amplo “divulgação simplesmente quer dizer veiculação da informação” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 512).

Assim a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, alterada pelas Leis nº 9.981 de 2000, nº 10.264 de 2001, nº 10.672 de 2003 e nº 11.118 de 2005 estabelecem normas gerais sobre o desporto. Uma dessas normas define a obrigatoriedade de elaborar e divulgar (*disclosure*) os demonstrativos contábeis na forma determinada pela Lei nº 6.404/ 1976 (Lei das Sociedades por Ações) assim como também a obrigatoriedade de auditorias periódicas por empresas de auditoria independente. A referida Lei no art. 176 estabelece as seguintes demonstrações a serem elaborados:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos fluxos de caixa e
- Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Assim o termo *disclosure* não se prende apenas à forma de apresentação das informações, mas também ao conteúdo das demonstrações contábeis, ou seja, não se preocupa apenas em identificar determinada informação, mas se preocupa, principalmente, com a qualidade das informações prestadas aos usuários.

## 2.2 Ativo Intangível

No grupo de contas do ativo destacam-se os ativos intangíveis, os quais podem ser definidos de maneira simplista como bens não físicos e incorpóreos. De acordo com os autores Hendriksen e Van Breda (2007) “são bens incorpóreos, mais reconhecidos como direitos e serviços, que podem gerar benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por dada entidade em consequência de transações ou eventos passados”.



Segundo Iudícibus *et al.* (2010), os intangíveis são um ativo como outro qualquer. São agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma empresa detém o controle e exclusividade de sua exploração. No entanto, diferentemente dos ativos tangíveis, que são visivelmente identificados e contabilmente separados, os intangíveis por vezes não o são.

Outra definição complementar é do autor Kayo (2002, p. 14), que os “ativos intangíveis representam um conjunto estruturado de conhecimentos, práticos e atitudes da empresa que, ao interagir com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor das empresas”.

O Comitê de Pronunciamento Técnico, CPC 04 (2010), trata dos ativos intangíveis apresentando critérios específicos para reconhecimento, métodos de mensuração do valor contábil e divulgação desses ativos, sendo uma correlação das Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38. Aonde são definidos alguns exemplos de itens que se enquadram na categoria dos intangíveis como: *softwares*, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

Além disso, o CPC 04 (2010) apresenta as características para o reconhecimento de um ativo intangível, como:

- *Ser identificável*: quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.
- *Ser controlado pela empresa*: quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelos recursos implícitos e também quando detém o poder de restringir o acesso de terceiros.
- *Gerar benefício econômico futuro*: podem incluir a receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Assim os autores Silva e Carvalho (2009) ressaltam que os clubes de futebol brasileiros movimentam grandes valores, provenientes em grande parte dos ativos intangíveis, que são os atletas e suas habilidades desportivas. Por isso que Iudícibus *et al.* (2010) afirma que os direitos federativos constituem o principal ativo de um clube de futebol, classificando como ativo intangível, além das marcas relacionadas.

Assim os clubes brasileiros se baseiam na Lei nº 6.404/76 e suas alterações e ao CPC 04, já os clubes europeus utilizam a IAS 38. Porém o IAS 38 e o CPC 04 não tratam especificamente qualquer detalhe relativo às entidades desportivas ou clubes de futebol.

### 2.3 Legislação Aplicável aos Clubes de Futebol

A legislação desportiva no Brasil teve início em 14 de abril de 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.199, no qual foram introduzidos alguns princípios básicos as entidades desportivas. O Decreto-Lei instituiu que era vetada a organização e o funcionamento de entidades desportivas que decorresse lucro para os investidores.

O autor AIDAR *et al.* (2000, p.19) destaca que “(...) esse decreto nasceu na ditadura de Getúlio Vargas. A bem verdade o Decreto-Lei nº 3.199/41 era uma cópia a legislação italiana



vigente naquela época (...)” em outro trecho o mesmo autor ressalta que o esporte era dominado pelo Estado, até mesmo o sistema de organização, atividades administrativas e os aspectos jurídicos desportivos.

Após os princípios básicos do Decreto-Lei nº3.199/41, em 2 de setembro de 1976 foi sancionada a primeira Lei específica aos clubes de futebol (Lei nº 6.354/41), a mais conhecida Lei do Passe. A Lei garantia aos clubes formadores de atletas a possibilidade de usufruir o direito sobre o futebol deste jogador. Por se tratar de um bem para instituição, esta poderia se desfazer do mesmo para sanear suas dívidas.

Outra Lei muito importante para o esporte brasileiro foi à chamada Lei Zico (Lei n.º 8.672 de 6 de Julho de 1993). A principal novidade apresentada por esta Lei foi à possibilidade dos clubes serem dirigidos por entidades com fins lucrativos. A Lei Geral sobre os Desportos, a mais conhecida como Lei Pelé (Lei nº 9.615 de 24 de Março de 1998) trouxe a obrigatoriedade dos clubes se transformarem em empresas e a elaboração de demonstrativos contábeis que refletiam a posição econômico-financeira dos clubes.

A Lei nº 10.671 de 15 de Maio de 2003 trata do Estatuto do Torcedor, que estabelece as normas de proteção e defesa do torcedor, sendo reconhecido como consumidor/cliente do futebol. Outra Lei muito importante foi a nº10.672 de 15 de Maio de 2003 que obriga os clubes de futebol envolvidos em qualquer competição, a publicar as demonstrações contábeis em órgãos da União, Estado ou Distrito Federal também obriga a publicação em jornal de grande circulação auditado por auditores independentes e elaborado de acordo com a Lei nº 6.404/ 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

E for fim o Conselho Federal de Contabilidade aprovou em 2004 a Resolução CFC nº 1.005, NBC T 10.13, que trata dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. A NBC T 10.13 disciplina e padronizam critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros contábeis e da estrutura dos demonstrativos contábeis das entidades de futebol profissional.

## 2.4 Estudos Relacionados ao Tema

Iniciando a discussão Andrikopoulos e Kaimenakis (2006) realizaram um estudo que trata de uma análise do capital intelectual no contexto do gerenciamento dos clubes de futebol. Os autores realizaram um mapa do capital intelectual para avaliar a criação de valor do capital intangível em clubes de futebol. Foram classificadas as variáveis como o desempenho dos jogadores, a lealdade dos torcedores e o desempenho dos clubes. A metodologia aplicada ao artigo proporcionou verificação de um indicador do estado dos recursos dos clubes, fornecendo informações úteis aos usuários internos e externos.

Silva e Carvalho (2009) trouxeram no seu estudo a divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro, analisando o nível de evidenciação dos demonstrativos contábeis dos clubes que competiram no Campeonato Brasileiro de Futebol (Brasileirão) da serie A de 2004. Assim os autores concluíram que os clubes de futebol com maior pontuação no campeonato brasileiro e com melhor desempenho financeiro (lucro líquido), tiveram um nível maior e melhor de divulgação das demonstrações contábeis que os outros times com pontuação e desempenho financeiro inferior.

Um estudo muito semelhante com de Silva e Carvalho, foi dos autores Silva, Teixeira e Niyama (2009) que apresentaram o nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos 19



clubes de futebol que disputaram o campeonato brasileiro de 2007, sendo da serie A 13 clubes e da serie B 6 clubes. Para alcançar o objetivo do estudo os autores elaboraram uma lista de verificação (*check-list*) com 48 itens baseados na Lei Pelé (Lei nº 9.615/98), na Resolução do CFC 1.005/04 e na Lei nº 6.404 (alterada pela Lei nº 11.638). Os autores utilizaram uma análise de regressão, verificando assim que quanto maior o total de receitas obtidas pelos clubes de futebol e quanto melhor é o desempenho dos clubes no campeonato brasileiro e na copa do Brasil, maior é o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.

Os autores Raschka, Wallner e Costa (2010) fizeram uma análise da aderência das práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, utilizando uma análise das demonstrações contábeis dos quatro clubes de futebol paulista nos anos de 2005 a 2008 com maior número de torcedores, sendo eles Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras e Sport Club Corinthians Paulista. A avaliação foi feita com base em índices elaborados pelos autores, que aborda as determinações da NBC T 10.13, Lei nº 6.404 e a Lei Pelé. Assim os autores concluíram que há um alto nível de aderência às práticas contábeis, com ressalvas ao clube Corinthians, que não apresentou as notas explicativas nos anos de 2007 e 2008.

Holanda *et al.* (2011) estimaram a combinação entre o nível de cumprimento das práticas de *disclosure* de custos com formação de atletas e os incentivos econômicos dos clubes de futebol, utilizando uma análise de 69 demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros nos anos de 2006 a 2009. Os autores escolheram variáveis referentes a estímulo econômico que foram: tamanho, lucro, retorno endividamento e oportunidade de crescimento. O resultado encontrado foi que um maior nível de *disclosure* das informações dos custos com a formação de atletas está agregado a um maior tamanho (ativo total).

O estudo desenvolvido por Cardoso, Maia e Ponte (2012) trata da divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis dos 10 maiores clubes de futebol do mundo e dos 10 maiores clubes do Brasil. As autoras elaboram um *check-list* com 29 itens baseados na IAS-38 para medir o nível de divulgação do intangível, efetuando um teste de diferenças de média para verificar a diferença no nível de divulgação entre os dois grupos mencionados. O estudo realizado demonstrou que o nível de divulgação dos clubes de futebol do mundo é superior ao do Brasil.

Leite e Pinheiro (2012) desenvolveram um estudo que analisou um modelo de regressão linear múltipla com as variáveis que influenciavam no nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis de 2011 e 2012 dos 20 maiores clubes de futebol brasileiro de acordo com a BDS RCS Auditoria independente. O resultado encontrado pelos autores foi que quanto melhor o desempenho no campeonato brasileiro e quanto maior as receitas totais, maior é o nível de divulgação nos demonstrativos contábeis.

Após os estudos analisados, constatou-se que há uma disparidade de assuntos que trata da área do futebol principalmente sobre a divulgação das demonstrações contábeis dos clubes. Apesar de existir uma pesquisa analisando o nível de divulgação do ativo intangível nos clubes com maior receita utilizando variáveis que influenciam o nível de divulgação, o presente estudo tem como objetivo a verificação de todos os 20 clubes de futebol que participaram do Campeonato Brasileiro da série A de 2012.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como descritiva de acordo com o objetivo, segundo Gil (1991, p. 42) o objetivo primordial da pesquisa descritiva é a descrição das características de



determinada população, fenômeno ou então o estabelecimento de relações entre variáveis. Quanto ao delineamento, a pesquisa caracteriza-se como documental. Ainda conforme Gil (1991) a pesquisa documental trabalha com matérias que não recebem tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa que no caso são demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros do ano de 2012.

Gonçalves e Meirelles (2004) definem uma pesquisa quantitativa como elemento de apoio central a linguagem matemática como forma de expressão e tratamento, assim a atual pesquisa se classifica sendo quantitativa.

A regressão linear múltipla foi o procedimento estatístico utilizado, de acordo com Ragsdale (2001), a análise de regressão é um método de modelagem que avalia a associação entre uma variável dependente  $Y$  e uma ou mais variáveis independentes  $X$  com a finalidade de reconhecer a melhor função que descreve a relação entre as variáveis.

Assim o modelo de regressão pode ser apresentado como:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_p X_{pi} + \varepsilon_i$$

O atual estudo realizou testes de hipóteses para comprovar se os  $\beta$  são estatisticamente relevantes, a um nível de significância de 5%, que é o nível geralmente utilizado em pesquisas nas ciências sociais.

$$H_0 = \beta = 0 \quad (\text{HIPÓTESE NULA})$$

$$H_1 = \beta \neq 0 \quad (\text{HIPÓTESE ALTERNATIVA})$$

Logo, se  $\beta = 0$ ,  $X_i$  não é aproveitável para descrever o comportamento de  $Y_i$ .

Para determinar o  $\beta$  foi utilizado a ajuda do software Excel.

A população obtida para o estudo foram os 20 clubes de futebol que participaram do Campeonato Brasileiro da Serie A de 2012. Os dados do estudo foram adquiridos por intermédio das demonstrações contábeis do ano de 2012 dos clubes mencionados. Os demonstrativos coletados foram obtidos nos sites oficiais dos clubes.

As variáveis utilizadas para a regressão foram:

#### Variáveis Independentes

- *Desempenho no Campeonato Brasileiro de 2012:* após a pesquisa no site da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) foi obtida a pontuação final do campeonato Brasileiro de Futebol da Serie A de 2012 de cada clube participante. Os autores Silva e Carvalho (2009), Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012) concluíram nos seus estudos que os clubes que tiveram maior pontuação no campeonato possuem melhor evidenciação das demonstrações contábeis.

- *Receita Total:* as receitas totais dos clubes participantes foram obtidas nas demonstrações contábeis do ano de 2012. Foram consideradas as “receitas operacionais”, “outras receitas operacionais” e “receitas financeiras”. Os autores Leite e Pinheiro (2012) constataram que quanto maior a receita total dos clubes, melhor o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.



- *Representatividade do Intangível:* foi obtido por meio da proporção entre o intangível total e o ativo total. Os dados foram retirados do Balanço Patrimonial de cada clube participante do campeonato. Compreende-se que quanto maior o nível de representatividade do intangível sobre o ativo total, assim devesse ser maior o nível de evidenciação do ativo intangível.

Variável Dependente

- *Nível de divulgação do intangível:* fora, realizados um *check-list* com 34 itens desenvolvidos por Leite e Pinheiro (2012) com base no CPC-04 (Ativo Intangível). Assim podendo verificar o real nível de divulgação dos clubes de futebol do Campeonato Brasileiro de 2012.

**4 ANÁLISE DOS DADOS**

O estudo terá como população os 20 clubes que participaram do Campeonato Brasileiro de Futebol da série A de 2012. Sendo eles demonstrados na tabela 1.

Tabela 1- 20 clubes que participaram do Campeonato

<b>Classificação Final</b>	<b>Pontuação Final</b>	<b>Time</b>	<b>UF</b>
1°	77	Fluminense	RJ
2°	72	Atlético Mineiro	MG
3°	71	Grêmio	RS
4°	66	São Paulo	SP
5°	58	Vasco da Gama	RJ
6°	57	Corinthians	SP
7°	55	Botafogo	RJ
8°	53	Santos	SP
9°	52	Cruzeiro	MG
10°	52	Internacional	RS
11°	50	Flamengo	RJ
12°	49	Náutico	PE
13°	48	Coritiba	PR
14°	48	Ponte Preta	SP
15°	47	Bahia	BA
16°	45	Portuguesa	SP
17°	41	Sport	PE
18°	34	Palmeiras	SP
19°	30	Atlético Goianiense	GO
20°	30	Figueirense	SC

Fonte: Adaptado da CBF (Confederação Brasileira de Futebol).



A amostra final seguiu com os 20 clubes participantes do campeonato, com os demonstrativos contábeis dos clubes pode-se verificar o nível de divulgação do intangível por meio de um *check-list* com 34 itens desenvolvidos com base no CPC-04, assim dos resultados obtidos é constatado na tabela 2.

Tabela 2 – *Check-list* (118 a 128 do CPC 04) e o nível de evidenciação dos clubes participantes do Campeonato Brasileiro da série A de 2012.

<i>ITEM</i>	<i>NATUREZA</i>	<i>NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO</i>
<b>118-A entidade deve divulgar para cada classe de ativos intangíveis:</b>		
a) distinção entre intangíveis gerados internamente e outros intangíveis;	Obrigatório	94%
b) distinção entre intangíveis com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;	Obrigatório	29%
c) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;	Obrigatório	92%
d) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e final do período;	Obrigatório	98%
e) as perdas acumuladas no valor recuperável no início e no final do período;	Obrigatório	0%
f) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;	Obrigatório	92%
g) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.	Obrigatório	100%
<b>A entidade deve demonstrar na conciliação do valor contábil no início e no final do período:</b>		
i) as adições;	Obrigatório	35%
ii) as adições, indicando separadamente as geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de combinação de negócios;	Obrigatório	0%
iii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para vendas;	Obrigatório	0%
iv) aumento ou redução durante o período, decorrente de reavaliação e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no PL;	Obrigatório	0%
v) provisão para perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período;	Obrigatório	34%
vi) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período	Obrigatório	0%
vii) qualquer amortização reconhecida no período;	Obrigatório	100%
viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operação no exterior para a moeda de apresentação da entidade;	Obrigatório	0%
ix) outras alterações no valor contábil durante o período.	Obrigatório	40%
119- As classes de ativos intangíveis devem ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.	Obrigatório	91%
120- A entidade deve divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos.	Obrigatório	0%



<b>121- Divulgar a natureza e o valor das mudanças nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em período subsequentes. Essa divulgação pode resultar de alterações:</b>		
a) na avaliação da vida útil de ativo intangível;	Obrigatório	0%
b) no método de amortização;	Obrigatório	0%
c) nos valores residuais.	Obrigatório	0%
<b>122- A entidade também deve divulgar:</b>		
a) o valor contábil dos ativos intangíveis avaliados com tendo vida útil indefinida;	Obrigatório	0%
b) os motivos e fatores importantes que fundamentam a avaliação dos ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida;	Obrigatório	0%
c) a descrição de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	20%
d) o valor contábil de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	13%
e) o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	13%
<b>f) em relação aos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:</b>		
i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;	Obrigatório	0%
ii) o valor contábil;	Obrigatório	0%
iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação;	Obrigatório	0%
g) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;	Obrigatório	0%
h) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.	Obrigatório	0%
<b>123- Se refere a considerações para o item 122.</b>		
<b>124 e 125- Se referem a divulgação com relação ao método de reavaliação que não é permitido no Brasil de acordo com as normas vigentes atualmente.</b>		
126 e 127- A entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período.	Obrigatório	0%
<b>128 - É recomendável, mas não obrigatório, que a entidade divulgue:</b>		
a) descrição de qualquer ativo intangível total amortizado que ainda esteja em operação;	Opcional	0%
b) breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atende os critérios de reconhecimento do CPC 04, ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor.	Opcional	0%

Fonte: Elaborado com base nos autores Leite e Pinheiro (2012).



Os itens que tiveram maior evidenciação no *check-list* da Tabela 2 foram:

- A distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;
- Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no final do período;
- A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída;
- A conciliação do valor contábil no início e no final do período;
- Qualquer amortização reconhecida no período; e
- Classes de ativos intangíveis agregadas em classes menores (maiores) resultando em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.

Já os itens que tiveram menos evidenciação ou que não tiveram nenhuma evidenciação destacam-se:

- Informações sobre ativos intangíveis que perderam seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos;
- Descrição de qualquer ativo individual relevante para as demonstrações contábeis;
- Prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis; e
- Descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação.

Os clubes divulgaram as informações sobre os itens de intangível, além disso, foram obtidos dados das variáveis como desempenho no Campeonato Brasileiro, receitas totais e representatividade do intangível, como explicado na metodologia.

Para fazer a verificação de quais variáveis que influenciam no nível de divulgação do intangível dos clubes de futebol o modelo de regressão linear aplicado foi:

$$NDI_i = \beta_0 + \beta_1 DCB_{1i} + \beta_2 RT_{2i} + \beta_3 RI_{3i} + \varepsilon_i$$

Uma vez que:

$NDI_i$  = Nível de Divulgação do Intangível

$\beta_0$  = Intercepto do Modelo (constante)

$\beta_1, \beta_2$  e  $\beta_3$  = Coeficientes angulares do modelo

$DCB_{1i}$  = Desempenho no Campeonato Brasileiro 2012

$RT_{2i}$  = Receitas Totais

$RI_{3i}$  = Representatividade do Intangível

$\varepsilon_i$  = Resíduos



Na tabela 3 é apresentado o resultado do modelo de regressão.

Tabela 3- Resultado do Modelo de Regressão

VARIÁVEIS	$\beta$	t	VALOR P
DCB	0.0817221	2.54	0.014
RT	1.596441	4.39	0.001
RI	-0.0521046	-0.02	0.969
Constante	-14.088753	-2.88	0.006

Fonte: Dados da Pesquisa

Foi necessário fazer um teste com os principais pressupostos para utilizar os estimadores de Método dos Mínimos Quadrados ou Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) em regressões lineares. Na tabela 4 foi escolhido procedimento usual de validação das inferências.

Tabela 4 - Testes dos pressupostos

PRESSUPOSTO	$H_0$	VALOR P	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA	RESULTADO
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0.06011	0,05	Não rejeita $H_0$
Heterocedasticidade dos resíduos	Variância dos resíduos é constante	0.1189	0,05	Não rejeita $H_0$
Especificação do modelo	Forma funcional corretamente especifica	0.2499	0,05	Não rejeita $H_0$
Multicolineariedade	Não há problema de multicolineariedade	1.15	N/A	Não rejeita $H_0$

Fonte: Dados da Pesquisa

A seguir são apresentadas as variáveis que foram usadas no modelo de regressão:

- Desempenho no Campeonato Brasileiro

$H_0$  = O desempenho no Campeonato Brasileiro não está associado com o nível de divulgação o intangível.

$H_1$  = O desempenho no Campeonato Brasileiro está associado com o nível de divulgação o intangível.

O nível de significância é 0,05, contudo a variável demonstrou Valor P de 0.014, assim o valor de significância é menor, por isso é rejeitado a hipótese nula e conclui-se que a variável é significativa para o estudo, influenciando no nível de evidência do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol. Desta forma a variável é positiva, logo quando melhor é o desempenho no Campeonato Brasileiro maior é o nível de divulgação do intangível.

O resultado encontrado no estudo confirmou os resultados obtidos pelos autores Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012) que quanto melhor é o desempenho no Campeonato Brasileiro, maior é o nível de divulgação das demonstrações contábeis dos clubes que participaram do Brasileirão 2012. O estudo de Silva, Teixeira e Niyama (2009) foi feito de uma forma geral do nível de divulgação das demonstrações, já o presente estudo se assemelha ao



dos autores Leite e Pinheiro (2012) que determinam o nível de divulgação do intangível especificamente.

- Receitas Totais

$H_0 =$  O nível de divulgação do intangível não está relacionado às receitas totais.

$H_1 =$  O nível de divulgação do intangível está relacionado às receitas totais.

O nível de significância é 0,05 e a variável teve Valor P de 0.001, sendo assim o Valor P é menos que o nível de significância. Assim é rejeitada a hipótese nula e concluiu-se que a variável Receita Total é significativa, isto é, influencia o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes. A variável apresentou sinal positivo, e como esperado quanto maior o total de receitas auferidas pelos clubes de futebol, maior é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis.

Os autores Silva, Teixeira e Niyama (2009) e Leite e Pinheiro (2012) também encontraram resultados semelhantes, quanto maior o total de receitas obtidas pelos clubes de futebol, maior o nível de divulgação das demonstrações contábeis.

- Representatividade do Intangível

$H_0 =$  O nível de divulgação do intangível não está relacionado à representatividade do ativo intangível sobre o ativo total.

$H_1 =$  O nível de divulgação do intangível está relacionado à representatividade do ativo intangível sobre o ativo total.

Ao contrario das outras variáveis estudadas a Representatividade do Intangível apresentou um Valor P de 0.0969, que é maior que o nível de significância 0,05, logo, não se pode rejeitar a hipótese nula. Desta maneira, concluiu-se que, esta variável não é significativa, então não é possível fazer nenhum tipo de dedução da relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes do Campeonato Brasileiro de 2012.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível dos 20 clubes de futebol participantes do Campeonato Brasileiro da série A de 2012. Assim buscaram-se estudar as variáveis por meio de um modelo de regressão linear múltipla através das demonstrações contábeis do ano de 2012 os clubes mencionados.

Desta forma pode-se perceber a existência de estudos similares envolvendo práticas contábeis e divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol, porém percebe-se a carência de estudos que analisam as variáveis que influenciam o nível de divulgação especificamente do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes que participaram do mais importante campeonato brasileiro.

Verificou-se no estudo que as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro” e “receitas totais” quanto melhor o desempenho e maior a receita, melhor é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados. Porém a variável “representatividade do intangível” não se mostrou estatisticamente significativa.

Percebendo assim que quanto melhor for o desempenho no Campeonato Brasileiro e quanto maior forem às receitas dos clubes, o resultado disso é o maior interesse de investidores e



consumidores-torcedores. Por isso as demonstrações contábeis dos clubes devem ser claras e concretas, para atender todas as necessidades dos usuários da informação, que foi o objetivo do estudo.

Dentre as limitações do artigo, destaca-se que as análises foram baseadas nas demonstrações contábeis publicadas pelos clubes, e não houve uma confrontação entre as informações contidas nas demonstrações com os controles internos dos clubes. Outra limitação é quanto ao enfoque da pesquisa, pois se optou por estudar especificamente os aspectos diretamente relacionados ao ativo intangível.

Para futuras pesquisas, sugere-se avaliar o nível de divulgação do ativo intangível dos clubes do Campeonato Brasileiro da Serie B e comparar com os clubes da Serie A.

## REFERÊNCIAS

AIDAR, Carlos Miguel Castex et al. **Direito Desportivo**. Campinas: Editora Jurídica Mizuro, 2000.

ANDRIKOPOULOS, A.; KAIMENAKIS, N. **Introducing Intellectual Capital Analysis to Soccer Club Management: An Integrated Map of Intangible Sources of Value**. *Working Papers Series*, jun. 2006.

ANTUNES, M. T. P; GRECCO, M.C.O; FORMIGONI, H; NETO, O.R.M. **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil**. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. São Paulo, v.10, n. 20, p. 8, jan. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.671.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.671.htm) Acesso em: 29 dez. 2013.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm) Acesso em: 28 dez. 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-norma-pe.html>> Acesso em: 27 dez. 2013

BRASIL. **Lei nº 6.354 de 2 de setembro de 1976**. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Brasília, 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16354.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16354.htm)> Acesso em: 27 dez.2013

BRASIL. **Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18672.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm) Acesso em: 27 dez.2013



BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998.** Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm) Acesso em: 28 dez.2013

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.005 de 17 de setembro de 2004.** Aprova a NBC T 10.13 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. Brasília, 2004. Disponível em: < <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1005.htm> > Acesso em: 28 dez. 2013.

BRASIL. **Lei 9.981 de 14 de julho de 2000.** Altera dispositivos da Lei 9.615/98, e dá outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9981.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9981.htm) > Acesso em: 29 dez. 2013.

BRASIL. **Lei 10.264 de 16 de julho de 2001.** Acrescenta inciso e paragrafo ao art. 56 da Lei n 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10264.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm) > Acesso em: 29 dez. de 2013.

BRASIL. **Lei 11.118 de 19 de maio de 2005.** Acrescenta paragrafo ao art. 10 de Lei n 9.615, de 24 de março de 1998, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei n 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11118.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11118.htm) > Acesso em: 27 dez. 2013.

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; PONTE, V. M. R. **Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº 04 (revisão 1), de 5 de novembro de 2010.** Ativo Intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=18>> Acesso em: 28 dez. 2013.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. **A Evidenciação Contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis.** Brazilian Business Review, Vitória, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas 1991.

GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

IASB. International Accounting Standards Board. **AIS 38 Intangible Assets.** Disponível em: <http://www.ifrs.org/Pages/default.aspx> Acesso em: 03 jan. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária.** São Paulo: Atlas, 2010.



IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Athas, 1999.

HOLANDA, A. P. *et al.* **Incentivos econômicos do nível de disclosure contábil dos clubes de futebol profissional brasileiros**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011.

GARCIA, E; CORBARI, E. M.; JUNIOR, D. A.; CISLAGHI, P. **A importância da divulgação contábil mensurada ao Fair Value**. Ciências Sociais em Perspectiva, 2007.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, 2002.

LEITE, D. U.; PINHEIRO, L. E.T. **Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiro**. *AdCont*. Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis. Rio de Janeiro, 2012.

RAGSDALE, C. T. **Spreadsheet Modeling and Decision Analysis**. 3. ed. Ohio: South-Western College Publishing, 2001.

RASCHKA, I. M.; WALLNER, R. J. G.; COSTA, K. B. **Contabilidade Esportiva: Um estudo sobre a evidenciação das Demonstrações Contábeis dos clubes paulistas de futebol**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2010.

SILVA, J.A.F; CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo. **Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol**. Revista de Contabilidade e Organizações, Fearn/ USP, v.3, n. 6, p. 96-116, maio/ago. 2009.

SILVA, C. A. T. S.; TEIXEIRA, H. M.; NIYAMA, J. K. **Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D.; MALACRIDA, M. J. C. **Fundamentos da Contabilidade: A nova Contabilidade no contexto global**. São Paulo: Saraiva, 2011.